

Uma crítica de quem conhece o Congresso

Quando governadores andam fazendo reuniões por aí, é sinal de que o Congresso Nacional não está funcionando direito. Esta é a mais leve das surpreendentes críticas que o deputado federal Miro Teixeira, líder do PDT, vem fazendo ao Congresso, do qual sempre foi um dos mais ardorosos defensores.

Miro, que é considerado um dos parlamentares mais atuantes e influentes, acha que este Congresso atual é subserviente, abúlico, sem criatividade. A única coisa que faz é referendar as propostas do Executivo. Se a folgada maioria parlamentar do governo fosse criativa, diz Miro, não só os governadores não estariam se reunindo para discutir a reforma tributária como sequer teria havido a marcha dos agricultores em direção a Brasília.

São dois exemplos, os governadores e os ruralistas, de como o trabalho do Congresso tão enaltecido no primeiro semestre deste ano esteve voltado mais para o governo do que para a sociedade. Os governadores tratam de um assunto, a reforma tributária, sobre o qual já existe emenda constitucional tramitando no Congresso.

E os ruralistas marcharam sobre Brasília porque o Congresso até agora não discutiu com seriedade e profundidade os problemas da agricultura. Sequer o barulho dos tratores na Esplanada dos Ministérios foi capaz de conduzir o debate para o leito mais apropriado de uma fonte de financiamento permanente e indiscutível para a agricultura. A rotina é negociar fórmulas picotadas para a agricultura, a cada votação de projeto de interesse do governo.

Este é o ponto central da crítica de Miro Teixeira: o Congresso, na opinião dele, está se eximindo da responsabilidade de discutir os grandes problemas do país. Os raros momentos de intervenção do Congresso nas propostas do governo, diz Miro, foram proporcionados pela

oposição, como nas medidas provisórias do Plano Real e das concessões de serviços públicos.

“Há um mundo de questões em discussão na sociedade, e o Congresso não toma conhecimento disso. A curva do desemprego está aumentando. O governo diz que não há recessão, a oposição diz que há. E o Congresso não faz nada, não canaliza essa discussão. A reforma tributária é discutida no Palácio Guanabara, e não no plenário do Congresso. O ministro Jatene anda por todo canto provocando a discussão sobre o financiamento da Saúde, e o Congresso não entra nesse assunto”, questiona Miro.

É por isso, acrescenta ele, que a comissão de representação que em tese funciona em nome do Congresso durante o recesso deste mês de julho não consegue número para se reunir ou tomar decisões. Essa comissão, em princípio, pode tudo. Pode convocar ministros, por exemplo. E há alguns dias tenta em vão colocar em votação a convocação dos ministros da Fazenda e do Trabalho para discutir a medida provisória da desindexação. Pode até sustar ato do governo. Mas, para Miro, ela, na verdade,

não pode nada porque representa um Congresso Nacional que não vem usando os seus poderes.

A culpa seria dos presidentes da Câmara e do Senado? Miro, que se distanciou um pouco de seu amigo Luís Eduardo Magalhães desde a disputa pela presidência da Câmara no início do ano, diz que não. “O problema é que existe uma maioria parlamentar que apenas discute cargos e empregos, e se conforma com qualquer decisão, desde que atendidos, entre outros, os pedidos relacionados com a Suframa, com as zonas de livre comércio e com a rolagem de dívidas no Banco do Brasil.”

À medida que se lembra do conteúdo da cesta de favores que une o Legislativo ao Executivo, Miro vai se exaltando, até chegar a um contundente diagnóstico final: “Se eu não tivesse dúvida quanto ao número, diria que os Paralamas do Sucesso têm razão.”

Ele se refere à música dos Paralamas inspirada na declaração de Luiz Inácio Lula da Silva de que haveria 300 picaretas no Congresso. A Justiça proibiu o grupo de apresentar essa música num show em Brasília.